



FORMAÇÃO PARA O TRABALHO: O DEBATE SOBRE AS ESPECIALIZAÇÕES NO CURSO DE PEDAGOGIA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1980

Talita F. Bordignon
Universidade Federal de Goiás – UFG (Brasil)
Endereço eletrônico: talitabordignon@ufg.br

NOTA INTRODUTÓRIA

1477

Embora os economistas estejam empenhados em definir os anos de 1980 como “década perdida”, é certo que este decênio não poderia ser interpretado dessa forma quando analisamos a efervescência dos debates sobre a educação (SAVIANI, 2006). Para tanto, o ponto de partida que nos leva a refletir o contexto e os motivos que nos movem a problematizá-lo não poderiam desconsiderar os seus pregressos.

A herança dos Anos de Chumbo (1964-1985) determinou, em grande parte, o modo como a sociedade se apresentou organizada nas décadas subsequentes. Ou seja, se durante o regime civil-militar o capitalismo brasileiro apresentou-se entreguista e assentou o Brasil à condição de periferia do sistema (BIELSCHOWSKY, 2000), o desenvolvimento histórico imediato da sociedade brasileira acabou por perseguir a necessidade de se adaptar à sociedade de mercado.

Significa dizer que o projeto de sociedade que se delinea a partir desse período persegue o objetivo de manter a estratificação social como forma de atender às necessidades de desenvolvimento do capitalismo a nível internacional. Diante disso, a educação colocou-se a serviço da perpetuação da sociedade de classes e o artifício que alimentou este estado de coisas foi a utilização da pedagogia tecnicista.

Com base no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. Se no artesanato o trabalho era subjetivo, isto é, os instrumentos de trabalho eram dispostos em função do trabalhador e este dispunha deles segundo seus desígnios, na produção fabril essa relação é invertida. Aqui, é o trabalhador que se deve adaptar ao processo de trabalho, já que este foi objetivado e organizado na forma parcelada. (SAVIANI, 2006, p. 379)



Em síntese, o tecnicismo aplicado à educação valia-se dos mesmos pressupostos da divisão social do trabalho, processo que decorre da Revolução Industrial inglesa no século XVIII: visando alcançar melhorias na produção, os trabalhadores passaram a ser dispostos em grupos que, por sua vez, se aprimoraram em tarefas específicas. Este processo limitou a autonomia do trabalhador, submeteu a capacidade intelectual dos indivíduos ao processo produtivo e subtraiu dos operários a competência em compreender e controlar o processo de produção como um todo.

Diante desse quadro, a opção foi por interpretar a realidade de forma a considerar os princípios da racionalidade, eficiência e produtividade. Não por acaso, a Reforma Universitária de 1968, no texto da Lei nº 5.540/1968 e levada adiante por Valnir Chagas, preconiza essa tendência produtivista ao apresentar o modo como deveriam se organizar as universidades e os cursos oferecidos por elas - estariam todos empenhados na formação de sujeitos que comporiam a classe trabalhadora.

Em decorrência da Reforma e para se adequar a ela, os cursos de Pedagogia perseguiram o produtivismo. No ano seguinte, o Parecer CFE 252/1969 instituiu as habilitações técnicas na formação do pedagogo, seguindo na direção da racionalidade e da divisão social do trabalho. Na prática, o texto operou o parcelamento de tarefas no curso de Pedagogia e isolou a formação de professores diante do preparo de especialistas em educação, já que foram introduzidas as habilitações em Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Administração Escolar e Inspeção Escolar (SCHEIBE, DURLI, 2011), para além da docência.

O MÉTODO

Ancorado nos pressupostos do materialismo histórico, o ponto de partida é a dialética, de modo que se possa captar a tese deste movimento e fincá-la nas ações dos governos militares – empenhados em garantir uma sociedade estratificada a partir da formação de seus quadros. A Reforma Universitária de 1968 e a legislação que regulou a formação de pedagogos a partir de então configuram a asserção inicial imposta como política de governo – interessado, por sua vez, na manutenção da ordem capitalista. Ou seja, a tese consistiu em formar pedagogos especialistas, num exercício de racionalização da vida em sociedade.

Considerando-se este contexto de defesa da racionalização da vida e do trabalho e a efervescência dos debates educacionais na década de 1980, propõe-se a análise dos desdobramentos do *III Encontro Nacional de Supervisores de Educação*, evento que



marcou a posição de repensar o escopo formativo da Licenciatura em Pedagogia, enfatizando a necessidade de inverter a formação de pedagogos no sentido de propor uma perspectiva de caráter abrangente, a fim de superar o ensino do especialista focado nas habilitações – ora na gestão, ora no ensino. Ora, assim estaria se configurando a antítese: por não concordarem com o preparo de especialistas, os educadores passaram a se organizar na defesa de uma formação de pedagogos mais abrangente, resistindo à proposta da formação pelas especializações.

Com mil e trezentos inscritos, o encontro aconteceu em Goiânia, no Clube Antônio Ferreira Pacheco, no dia 23 de outubro de 1980. As atividades ocorreram sob a coordenação e responsabilidade da Associação dos Supervisores Escolares do Estado de Goiás (ASSUEGO), presidida à época, pela Prof.^a Martha Guanaes Nogueira. Neste sentido, convém pontuar que, embora organizado por uma associação de supervisores, não se ponderou apenas a supervisão do ensino; discutiu-se a educação de forma privilegiada, de modo a pensá-la em sua totalidade e em todos os aspectos que a compõem. É possível afirmar, portanto, que a realização de um encontro como este é apenas um sintoma de toda a movimentação dos educadores no contexto – especialmente o que se refere aos intelectuais goianos projetados no cenário nacional.

Paulo Freire foi o convidado que abriu os trabalhos, fazendo sua primeira conferência após o retorno do exílio. Marilena Chauí, Carlos Rodrigues Brandão, Rubem Alves, Miguel Arroyo e Ildeu Moreira Coêlho compuseram também os debates. Em janeiro de 1982, os textos desses autores foram publicados em “*O educador: vida e morte*”, organizado por Carlos Rodrigues Brandão (BRANDÃO, 1982) – texto que constitui uma das fontes documentais primárias desta pesquisa, ainda em andamento.

Considerando-se o exposto, pretende-se inquirir: quais foram os temas que pautaram o *III Encontro Nacional de Supervisores de Educação*? Em que medida esses temas e propostas nortearam as discussões sobre a formação do pedagogo? Como essa discussão ensejou mudanças quanto à formação de pedagogas e pedagogos? A proposta consiste, portanto, em revisitar o debate educacional da década de 1980 para compreender as proposições dela advindas.

DISCUSSÃO

Para esta análise é fundamental que se compreenda a atuação dos intelectuais orgânicos que agiram em favor de uma educação voltada para o atendimento do povo e para o povo, indo na direção contrária à proposta de formação preconizada pelo



tecnicismo e, por extensão, pelo neoliberalismo. Tal como nas proposições de Gramsci, os intelectuais orgânicos são aqueles que coordenam a obtenção do consenso com vistas a garantir a hegemonia da classe que representam:

O exercício “normal” da hegemonia [...] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2000, p. 96, v. 3).

1480

Na contramão daquele consenso, a atuação dos docentes que participaram do *III Encontro de Supervisores*, em 1980, perseguiu a prerrogativa de questionar a base ideológica que se viu instaurada na totalidade do tecido social. Em outras palavras, foram eles que se manifestaram na direção de solapar a especialização das tarefas imposta pelo tecnicismo. Se, por este processo havia a intenção de que uma classe dominasse outra, estes intelectuais foram os responsáveis por indagá-lo. Ou seja, a tentativa de dominar a produção da base material - por parte dos defensores do neoliberalismo, encontrou dificuldades no momento em que a superestrutura se viu questionada pelo modo como se formam os quadros que a sustentam - como no caso da formação de professores.

[...] Assim como na fábrica o operário não pode pensar (esse é, pelo menos, o ideal, pois o pensamento seria uma perda de tempo e o capital não pode de modo algum perder tempo: *time is money*), também na escola, do maternal à universidade, o professor é cada vez mais dispensado de pensar. Basta executar! Inclusive por que quem pensa questiona, duvida, discorda das determinações, quer saber o porquê das coisas e da atividade que realiza, sendo considerado um indivíduo inconveniente, perigoso. Numa palavra, a chamada racionalização do trabalho supõe a fragmentação crescente, que conduz, por um lado, ao estudo e à cronometragem dos movimentos (controle dos movimentos do corpo) necessários a uma intensificação do ritmo de trabalho (e, portanto, da geração da mais-valia relativa) e, por outro, a uma queda do nível de qualificação exigido do operário. [...] (COELHO, 1982, p. 34-35)

Ou seja, a tese de defesa do produtivismo a partir das especializações no curso de Pedagogia encontrou sua antítese na movimentação dos educadores neste cenário de abertura política com vistas à democracia, indicando lutas e vitórias em defesa do povo, mesmo que parcialmente.



CONCLUSÃO

No trabalho de voltar ao passado, múltiplas reflexões devem ser feitas, dada a complexidade deste objeto de estudo e de sua contextualização. São questões que perpassam a natureza e os fins da universidade, a atuação dos docentes enquanto sujeitos históricos e intelectuais orgânicos atuantes politicamente em âmbito local e nacional; os desdobramentos do tecnicismo preconizado pelas reformas propostas pela legislação em 1968 e em 1971; as contradições e antagonismos inerentes ao desenvolvimento capitalista; os objetivos do projeto político que se pretendia ver inscrito na sociedade - tanto pelos governos, quanto por parte da universidade e os debates e a luta pela efetiva abertura democrática na sociedade brasileira, bem como das Instituições de Ensino Superior (IES). Os conflitos e disputas em torno das concepções de educação, formação, docência e trabalho docente ensejam a relação orgânica entre ensino, pesquisa e extensão.

Ademais, é contundente a necessidade de considerar a mais recente movimentação que envolve as diretrizes curriculares nacionais para as licenciaturas – incluindo a Pedagogia –, numa forma de adequar os cursos de formação de professores à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, por extensão, ao produtivismo tecnicista, caracterizando uma permanência no tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Formação para o trabalho. Especializações no curso de Pedagogia. Reforma Universitária de 1968.

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. V. 1, Tradução de Vera Ribeiro.
- BRANDÃO, C. R. (org.) **O Educador: Vida e Morte**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. 10ª ed.
- COÊLHO, Ildeu Moreira. A questão política do trabalho pedagógico. In BRANDÃO, C. R. (org.) **O Educador: Vida e Morte**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. 10ª ed.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- SCHEIBE, L.; DURLI, Z. *Curso de Pedagogia no Brasil: olhando o passado, compreendendo o presente*. **Educação em Foco**, ano 14, n. 17, julho 2011.